



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 536/2005. — Tendo em conta a necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão, por forma a adaptá-la às políticas que o Governo pretende levar a efeito no âmbito da Administração Pública, dá-se por finda, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a vigência da comissão de serviço do director-geral da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão, engenheiro agrónomo José Manuel Mendonça Lima, com efeitos a 13 de Julho de 2005.

19 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 16 807/2005 (2.ª série). — *Fiscalização a centros de exame de condução — entidades autorizadas a realizar exames de condução — acreditação de elementos afectos às funções de fiscalização.* — Atento o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99 (LODGV), e, bem assim, o previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 175/91, de 11 de Maio, com sucessivas alterações, compete à Direcção-Geral de Viação (DGV) a fiscalização de actividade dos centros de exames.

Considerando a publicação da Portaria n.º 1423/2001, de 13 de Dezembro, que aprovou o cartão de livre-trânsito a utilizar por funcionários da DGV investidos de funções de fiscalização, nomeadamente o seu n.º 5, que prevê a necessidade da assinatura do direc-

tor-geral de Viação nos cartões de livre-trânsito, e porque aquele documento acredita suficientemente esses mesmos funcionários perante terceiros, determino o seguinte:

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 175/91, de 11 de Maio, o cartão de livre-trânsito aprovado pela Portaria n.º 1423/2001, de 13 de Dezembro, é tido para os devidos e legais efeitos como documento bastante para comprovar a qualidade de agente de fiscalização de qualquer funcionário da DGV que o exiba perante a entidade a fiscalizar.

28 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Governo Civil do Distrito de Viseu

Aviso n.º 7073/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 20 de Julho de 2005 do secretário do Governo Civil do Distrito de Viseu, faz-se público que foi autorizada, no todo, a recuperação do vencimento de exercício perdido à funcionária abaixo indicada, por faltas ao serviço devidamente comprovadas por atestado médico:

Lucília Duarte Martins Cabral, com a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Governo Civil — 2 dias (nos dias 8 e 9 de Junho de 2005).

21 de Julho de 2005. — A Secretária do Governo Civil, *Maria Fernanda Pais Correia Sampaio Sobral Amaral*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 16 808/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Julho de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência própria constante no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

António Barata Afonso, chefe da Delegação Regional de Castelo Branco — renovada a comissão de serviço no respectivo cargo de chefia, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei

n.º 252/2000, de 16 de Outubro, com efeitos a partir de 25 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 16 809/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra:

Cidália Maria dos Santos Vilela, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Despacho n.º 16 810/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

Maria de Fátima Calado Estorninho Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz — nomeada na categoria de assistente administrativo especialista para o quadro e pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, com efeitos a data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2005. — O Presidente, *Manuel João Ribeiro*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 811/2005 (2.ª série). — A exportação e a reexportação de material de guerra e munições, embora determinadas por decisão do Ministro da Defesa Nacional, dependem da emissão prévia de parecer, com carácter não vinculativo, do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a respectiva conveniência, do ponto de vista da política externa, conforme se afere do artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 371/80, de 11 de Setembro.

Nesta medida, a legislação vigente estabelece uma responsabilidade política do Ministro dos Negócios Estrangeiros para a pronúncia sobre um assunto de crucial importância em termos de defesa e interesses estratégicos nacionais, não se limitando ao respectivo sancionamento pelos serviços.

Nestes termos, determino:

1 — Delego no director-geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem caberá coordenar a participação dos serviços competentes como melhor entender, a competência que me é atribuída pelo Decreto-Lei n.º 371/80, de 11 de Setembro.

2 — Sempre que se suscitarem dúvidas sobre o parecer a emitir, o director-geral de Política Externa deverá consultar-me.

3 — O meu Gabinete deverá ser informado dos pedidos formulados pelo Ministério da Defesa Nacional ou por outras autoridades com competências nesta matéria, assim como das respostas dadas.

22 de Junho de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 16 812/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto na alínea i) do artigo 8.º, no artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro, determino a transferência do conselheiro cultural do quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a desempenhar funções na Embaixada de Portugal em Roma, António Maria Ornelas Ourique Mendes para a Embaixada de Portugal em Bruxelas, indo ocupar o lugar do conselheiro de imprensa David Manuel Velez Damião, pelo tempo que decorrer a suspensão do seu contrato administrativo de provimento, por ter sido requisitado para o exercício de funções equiparadas a assessor do Gabinete do Primeiro-Ministro, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, 25 de Maio de 2005.

Nestes termos, determino que fique sem efeito o despacho de 15 de Novembro de 2004, cujo extracto foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 295, de 18 de Dezembro de 2004.

7 de Julho de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 16 813/2005 (2.ª série):

Maria Cecília Zenha Tarujo de Almeida Correia da Silva, técnica do quadro único de vinculação do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocada na Embaixada de Portugal em Washington — despacho de 27 de Maio de 2005 autorizando a licença sem vencimento de longa duração, nos termos do n.º 4 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeito a partir de 1 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2005. — Pelo Director, (*Assinatura ilegível*.)

Despacho (extracto) n.º 16 814/2005 (2.ª série):

Jorge Manuel dos Santos Leornado, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, em regime de comissão de serviço — despacho de 1 de Julho de 2005 autorizando a prorrogação da referida comissão até 31 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Julho de 2005. — Pelo Director, (*Assinatura ilegível*.)

Despacho (extracto) n.º 16 815/2005 (2.ª série):

Carlos José Dias de Jesus, assistente administrativo especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocado na Embaixada de Portugal em Moscovo — despacho do secretário-geral de 1 de Julho de 2005 determinando o seu regresso ao serviço efectivo dos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Julho de 2005. — Pelo Director, (*Assinatura ilegível*.)

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 16 816/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Julho de 2005 do director-geral dos Assuntos Comunitários:

Maria de Deus Almeida Ferreira e António Pedro Carvalho de Figueiredo, técnicos superiores principais do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeados, considerando o disposto no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de assessores principais, na dotação global da carreira técnica superior do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a 29 de Março de 2005.

18 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Benedita Tinoca*.

Despacho (extracto) n.º 16 817/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Julho de 2005 do director-geral:

Isabel Maria Botelho Moreira de Carvalho Ribeiro Leite, Maria Elisabete Mendes Guilhermino Almeida, Maria do Rosário Vicente Couto Bico, Maria Alzira Neves e Silva, Maria Eduarda Vergília do Nascimento, Violeta Magalhães Ribeiro, Sara Goulap Ibrahim de Brito e Maria da Luz Gaspar Dias Gama Oliveira, assistentes administrativas principais do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — nomeadas, na sequência de concurso, assistentes administrativas especialistas do mesmo quadro, ficando exoneradas dos lugares anteriores à data da aceitação dos novos lugares.

Maria do Céu Caldeira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e Notariado — nomeada, na sequência de concurso, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, ficando exonerada do lugar anterior à data da aceitação do novo lugar.

18 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Benedita Tinoca*.